

Jesus viveu a abertura ao outro de maneira radical, quebrando os códigos de separação entre judeu e samaritano, puro e impuro, homem e mulher. O cristianismo, portanto, apresenta-se como espaço de encontro entre diferentes. O cristão pode, é claro, ser de qualquer etnia ou nacionalidade, por origem e cultura, mas por vocação tem que se despojar de toda atitude exclusiva com relação ao outro, a fim de deixar que aconteça nele a diferença do outro. Aqui está o significado profundo da acolhida ao outro, ao estrangeiro, que nos pertence, pertencemos-nos todos como humanidade filha de Deus, para caminharmos juntos na comunhão e no serviço recíproco rumo à pátria definitiva.

ACOLHIDA DOS PAGÃOS NA IGREJA

O episódio narrado por Lucas (At, 10-11) da acolhida de Pedro na casa do pagão Cornélio simboliza a superação das distâncias étnicas e da ideologia dos tabus puro-impuro. A comunhão de mesa ("koinofagia") é possível entre hebreus

e não hebreus e é o melhor símbolo da acolhida recíproca. A ação do Espírito, que desce também sobre os não hebreus, a vontade de Deus que não faz acepção de pessoas, o exemplo de Cristo que confirmou a fé de pagãos não circuncisos, leva Pedro a afirmar que quem teme a Deus e pratica a justiça, a qualquer povo ou nação pertença, é agradável a Deus (At 10,28). É mesmo a acolhida ao estrangeiro que caracteriza a igreja nascente do núcleo judaico. A igreja se coloca entre o povo eleito e os povos, e se coloca como congregação dos fiéis, como igreja *exgentibus*, não como igreja *gentium*. Permanece então marcada por uma vocação ao exílio, à diáspora, à dispersão entre culturas e etnias, sem nunca identificar-se com uma delas.

A questão da acolhida, da hospitalidade aos estrangeiros é inerente à natureza da igreja, é a prova de sua fidelidade à Palavra de Deus.

*** Rita Bonassi é Missionária Secular Scalabriniana, Mestre em Sociologia pela PUC/SP.**

QUESTÕES TEOLÓGICO-PASTORAIS SOBRE A HOSPITALIDADE AOS MIGRANTES

Toda reflexão bíblica feita até aqui visa trazer à presença da sociedade e da Igreja critérios éticos e religiosos apoiados na autoridade da Palavra de Deus, a fim de iluminar o discernimento humano sobre as questões que desafiam o mundo atual. Nesse sentido, toda a reflexão sobre hospitalidade tem por objetivo recolocar os fundamentos éticos desta atitude humana, em sintonia com as indicações da Palavra de Deus. Com efeito, a questão da acolhida e da hospitalidade cresce em importância na medida em que a mobilidade dos povos, o cruzamento de diferentes deslocamentos de população, leva a moldar uma nova sociedade, diversificada socialmente e múltipla culturalmente, em que os velhos

problemas somam-se aos novos, tornando mais complexas as novas situações de convivência entre os grupos sociais. Como re-propor a atitude da hospitalidade no interior da sociedade multicultural, em que a percepção do território, da estabilidade social, do cotidiano, das referências culturais e étnicas, mudam constantemente? Em que medida as leis podem e devem re-fundar a convivência social? Em que termos se deve colocar a hospitalidade, enquanto relação humana e contato pessoal, fundamento da atitude mais trivial e cotidiana em que se apóia a ação pastoral? O que se deve aceitar e o que se deve rejeitar nas relações com aquele que é diferente de nós? A dialética entre hospitalidade e hostilidade deixa de ter lugar no atual paradigma civilizatório da globalização? É justificável uma acolhida completamente sem discriminações (ou seria antes uma temerária "acolhida indiscriminada")?

Sidnei Marco Dornelas *

/...

A reflexão bíblica ainda superficial aqui realizada não permite, evidentemente, discutir de maneira profunda estas questões. Porém, deixa claro como a ambigüidade e complexidade das relações entre diferentes grupos sociais não é desconhecida pela Bíblia. Ela está mesmo muito presente quando se trata da questão da hospitalidade, pois traz à tona a problemática chave da “alteridade”, a partir da qual toda “identidade” se define, mesmo na História da Salvação. Essa problemática de fundo está presente também no desenvolvimento histórico da Igreja, e se re-propõe atualmente na dialética de continuidade e descontinuidade entre a Igreja e a sociedade. Os critérios éticos e o significado da ação de Jesus Cristo, levantados pela reflexão em torno da Palavra de Deus visam discernir quais caminhos e decisões tomar nesse relacionamento conflitivo, de complementaridade e distanciamento, entre Igreja e sociedade. Num tema crítico atual, como este da acolhida dos migrantes, essa reflexão ganha uma relevância de primeira ordem.

Nesse sentido, é que levantamos aqui algumas questões importantes em torno da hospitalidade aos migrantes, na Igreja e na sociedade. Reunimos os questionamentos diversos em torno de dois temas centrais e abrangentes, que relembram de um lado a reflexão bíblica desenvolvida, e de outro, as novas questões sociais e pastorais afrontadas pela Igreja e movimentos sociais comprometidos com os migrantes. Estes questionamentos são hoje matéria de debate para teólogos e agentes de pastoral que dedicam suas vidas para que os migrantes não sejam apenas bem aceitos, mas também possam fazer parte efetivamente da sociedade na qual se inserem, e da Igreja, na qual também são chamados a serem reconhecidos como filhos de Deus e participantes da mesma comunidade de fé.

A QUESTÃO DO TERRITÓRIO

Um dos problemas que o atual fenômeno da globalização vem propondo é o dos novos sentidos do território, sua concepção e o seu uso, na sociedade atual. A globalização é caracterizada por uma mobilidade constante, em todos os sentidos: o fluxo mundial ininterrupto de capitais e mercadorias; a intensificação do uso dos meios de transportes, dos meios de comunicação, da informática, para além dos limites territoriais; a conseqüente perda de poder político e econômico dos Estados-nação e de outras instituições tradicionais, bem como de suas formas de regulação social; a flexibilização das formas de produção e das relações de trabalho; e, por último, mas não menos importante, a crescente importância das migrações – tudo tende a concorrer para um mundo mais instável, em que a rapidez das mudanças faz com que a referência exclusiva a um determinado território seja cada vez mais frágil. As relações humanas no mundo urbano retratam de

maneira fidedigna esse quadro, em que antigos problemas da cidade somam-se à nova realidade criada pelos novos grupos que aí surgem. No espaço urbano, a diversificação cultural e social se desdobra incessantemente, na medida em que a indústria cultural se desenvolve e novos grupos, mais efêmeros e fluidos, surgem com outras demandas sociais e culturais. Na cidade, os territórios se multiplicam, se diversificam e se sobrepõem, e ganham mesmo um caráter virtual, na velocidade em que os novos grupos se utilizam dos seus espaços e neles interagem, re-propondo diferentes formas de identificação social (Haesbaert, 2004). Não há sombra de dúvida que para os diferentes grupos de migrantes que convivem na cidade, a necessidade de re-encontrar o seu território também possui uma importância fundamental, bem como as várias formas de interação que realizam com o conjunto da cidade e os outros grupos que nela habitam.

É desta forma que a questão do território no meio urbano atual ganha um significado novo e crítico também para a Igreja. Neste contexto, uma ação pastoral pautada pela acolhida aos migrantes pode representar uma abertura da mentalidade capaz de re-posicionar a Igreja na nova realidade da globalização. Na verdade, todo o resgate sobre a questão da hospitalidade na Bíblia e nos primórdios da Igreja buscou realçar elementos passíveis de dar uma nova interpretação a essa ação. De fato, a importância da hospitalidade na Bíblia está diretamente relacionada com os critérios éticos emanados da Aliança, tendendo a re-significar ao longo de sua história até mesmo a sua relação com a terra. É por meio da Aliança que o povo de Israel constrói sua identidade como “povo eleito”, redefinindo-a permanentemente pela forma com que se relaciona com os estrangeiros. A acolhida ao estrangeiro em sua terra, como critério de fidelidade à Aliança, como sinal de santidade e comunhão com Deus, não só é confirmada pela atuação de Jesus, mas ganha um contorno diferente, na medida em que o próprio Jesus encarna essa compaixão de Deus, ao assumir a condição do migrante e excluído em sua própria terra e no meio de seu povo. Por meio dessa condição, na Cruz e Ressurreição, a salvação é dada a todo ser humano, independente de sua classe social, sua nacionalidade, cultura ou etnia. A Igreja nasceu e se desenvolveu nos seus primeiros tempos sob este signo, se tornando o espaço de acolhida de todos aqueles que, pela fé, assumem o caminho de Jesus. O termo “paróquia”, originalmente, apresentava esse sentido de ser ao mesmo tempo a comunidade dos cristãos sob a direção de um bispo e espaço de acolhida para aqueles que viviam como peregrinos neste mundo, em trânsito, sem domicílio ou cidadania garantida.¹

Na história da Igreja, porém, um longo processo de institucionalização permitiu que ela fosse se estabilizando, se afastando da precariedade da condição de estrangeiros dos primeiros cristãos, codificando sua doutrina, seu corpo de

normas e seus ritos, dando forma à sua estrutura hierárquica e também territorial. A paróquia se constituiu, então, ao longo dos séculos, na base territorial estável e na estrutura a partir da qual se organizou toda ação pastoral junto ao povo. A partir da paróquia se procurava atingir as famílias presentes em seu território, e que possuíam vínculos definidos com sua cidade, sua região, seu país e sua etnia. A relação de continuidade e descontinuidade entre o espaço religioso da Igreja (sede paroquial) e o espaço civil (das vilas, bairros, cidades), demonstrava uma estabilidade em que as práticas culturais se confundiam também com as obrigações religiosas. Neste período, o quadro religioso e cultural em que a Igreja se inseria refletia uma sociedade predominantemente agrária. No entanto, a estabilidade deste quadro foi se deteriorando na medida em que a modernidade e o capitalismo, nos últimos séculos, foi transformando a realidade econômica e social, inclusive por um crescente movimento migratório. As migrações se apresentaram, desde então, como um dos índices do avanço do capitalismo, em particular pelo deslocamento campo-cidade, das regiões periféricas do capitalismo para os seus centros mais ativos.

O fenômeno da globalização atual significa mais um estágio desse movimento, que vem subverter as últimas referências sociais de classe e cultura, bem como a mentalidade e as formas tradicionais de filiação religiosa. No Brasil, no início do novo milênio, pode-se constatar como numa sociedade majoritariamente urbana, a maioria dos católicos professavam uma fé distanciada das verdades objetivas defendidas pela Igreja institucional, e mesmo das tradições oriundas do meio rural, e que como migrantes, procuravam manter no contexto urbano. Na verdade, trata-se de uma fé que se apóia cada vez mais numa experiência religiosa subjetiva, em que a participação comunitária se faz em grupos escolhidos conforme se vivencia esta mesma experiência. Pode-se observar mesmo como a Igreja se tornou um espaço cada vez mais plural em que uma diversidade de grupos, de tendências e práticas díspares, procuram conviver sob as grandes orientações e princípios da Igreja institucional.² Considerando os migrantes, o espaço urbano faz com que, a fragmentação a que seus grupos de origem estão submetidos, as grandes distâncias entre eles, a diversidade de alternativas culturais e religiosas, as contingências econômicas, os condicionamentos no uso do tempo e do espaço, influenciem também nas suas opções culturais e em suas formas de participação religiosa, inclusive no interior da Igreja.

Dessa forma, a Igreja encontra grandes dificuldades para uma efetiva acolhida dos migrantes, sobretudo no meio urbano. De um lado está o migrante, nacional ou estrangeiro, com todas as suas dificuldades de língua, de deslocamento cultural, de segregação social, de exploração no trabalho, de condicionamentos étnicos e culturais herdados do meio de

origem, se inserindo com suas estratégias próprias no meio urbano. E de outro está a estrutura de ação pastoral da Igreja, toda apoiada na paróquia, refletindo sua rigidez institucional e suas dificuldades (mentais e práticas) para acolher o migrante, em sua situação de desenraizamento. No entanto, desde a segunda metade do século XIX, quando da grande emigração européia para as Américas, a Igreja veio percebendo esta contradição, entre a estrutura paroquial e a realidade dos migrantes. Desde então, todo um conjunto de normas e estruturas jurídicas foram criadas para agilizar uma ação pastoral que pudesse acolher e acompanhar os estrangeiros fora de sua pátria, prestando-lhes apoio material e espiritual. Atualmente, a Igreja é conhecida em vários países como a instituição mais sensível e que tem melhor desenvolvido grupos, entidades e estruturas capazes de acolher e acompanhar os migrantes fora de sua região de origem: através de casas de acolhida, paróquias pessoais, centros de assistência jurídica e defesa dos direitos dos migrantes, pastorais direcionadas para grupos específicos, agências não-governamentais agindo em nível local, nacional e supra-nacional. No entanto, a contradição fundamental permanece e os desafios se desdobram em novas questões, exigindo novas respostas.

AÇÃO POLÍTICA E INCULTURAÇÃO

Dada a amplitude política que a questão da migração tem tomado, extrapolando as fronteiras territoriais de todos os tipos, a Igreja se sentiu chamada a uma inserção social e política crescente em favor dos migrantes. Mesmo neste sentido, essa modalidade de ação pastoral encontrou um referencial bíblico de fé importante, haja vista que foi através de uma legislação específica que Israel foi se conscientizando da importância da hospitalidade ao estrangeiro, como critério chave para apreciar suas práticas de justiça e de fidelidade à Aliança. Defender o migrante em todas as esferas legais faz parte da mais genuína vocação bíblica da Igreja. Seja no âmbito mais local, quando o migrante clandestino é espoliado no trabalho ou necessita de uma intervenção jurídica para a defesa de seus direitos frente às autoridades locais, e agentes de pastoral se deslocam e se desdobram para fazer a intermediação necessária em seu favor; seja nos escalões mais altos da política nacional, junto aos legisladores e responsáveis das políticas públicas, ou através da organização dos migrantes em associações e grupos de pressão, influenciando nas decisões a serem tomadas ou na formulação das leis que entrarão em vigor – a ação pastoral se realiza como ação política, buscando criar condições para que o estrangeiro possa ser acolhido e respeitado em seus direitos. Desta forma também deve-se entender o engajamento, juntamente com outras organizações não-governamentais, das pastorais da Igreja por uma legislação que respeite os migrantes

e por um posicionamento das autoridades governamentais frente aos documentos internacionais que institucionalizam os direitos dos migrantes. Entende-se assim, o movimento amplo de várias entidades da sociedade civil, a que se juntou vários grupos e entidades ligadas à Pastoral do Migrante, para que o governo brasileiro ratifique e ponha em prática a Convenção Internacional para os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares.³

Em todas essas situações, a ação pastoral da Igreja demonstra que a prática de hospitalidade junto aos migrantes implica também uma ação de mediação para que as políticas públicas dos países e localidades que recebem os migrantes sejam também práticas que se orientem pela hospitalidade. Nessa ação de mediação, a Igreja está sempre implicada numa relação simultaneamente de continuidade e descontinuidade junto às instituições e movimentos que compõem a sociedade na qual se insere. Se de um lado possui os traços da nacionalidade e da mentalidade de outras organizações sociais, agindo em sintonia com as práticas próprias do contexto social em que está implantada, de outro, por vocação que lhe advém de sua filiação à Igreja, deve procurar dialogar e ser um espaço de acolhida mesmo para aqueles que, partilhando a mesma fé, não possuem as condições necessárias para se inserir socialmente. No entanto, justamente neste ponto, em seu interior, essa problemática se desdobra devido à maneira como a Igreja institucionalmente sempre estruturou sua ação pastoral. Pois, toda a prática pastoral e sacramental demanda um endereço fixo, a habilidade de falar um mesmo idioma (se não um mesmo jargão pastoral), relações familiares reconhecidas legalmente, um cotidiano racionalmente organizado. Todos os serviços prestados a partir da sede paroquial, desde a visita aos doentes e celebração de exéquias até a ajuda aos pobres, tomam por referência aqueles que habitam o território da paróquia. Diante deste padrão de organização pastoral, a demanda que os migrantes colocam foi sempre julgada como sendo excepcional, que só poderia ser atendida por uma estrutura pastoral alternativa.

Depois de décadas de acompanhamento pastoral aos migrantes, e percebendo como a realidade na qual eles se inserem muda rapidamente, a Igreja, através de seus documentos, também buscou novas normativas e orientações pastorais capazes de dar uma resposta adequada à demanda pela hospitalidade aos migrantes no espaço eclesial. O documento *Erga Migrantes Caritas Christi*, lançado em 2004, é um testemunho vivo dessa consciência da Igreja.⁴ Desde o início (n. 9) se reconhece como o grande desafio atual da Igreja a sociedade multicultural, em que os migrantes são parte dos “novos rostos” que precisam ser acolhidos e evangelizados. A acolhida se torna, então, a prioridade na orientação teológico-pastoral da Igreja, ocupando todo o capítulo II do documento: “*Migrantes e Pastoral da Acolhida*”. Nele se

esboça o seu projeto pastoral numa sociedade multicultural, com suas contradições, tendo em vista que o espaço da Igreja também se torna multicultural. Dentro de um ponto de vista prático, procura prever as várias situações em que as dificuldades do pluralismo religioso poderiam se apresentar ao agente de pastoral. A palavra “inculturação”⁵ resume a orientação pastoral dada ao agente nas diversas situações de mobilidade e diversidade cultural em que ele se encontra. A atitude predominante recomendada é a “escuta” e o respeito às diferentes formas como as identidades se constituem neste contexto. Se de um lado, a “inculturação” e a “escuta” indicam uma busca de acolher e respeitar a alteridade do migrante e sua maneira própria de reconstruir a sua identidade, portanto, uma iniciativa em se inserir ativamente na “fluidez” própria da sociedade multicultural – de outro, existe uma afirmação insistente de que a Igreja é “Sacramento de Unidade”, que deve buscar meios estáveis para a incorporação de todos os seus fiéis, observando as normativas canônicas previstas para os migrantes se inserirem eclesialmente. Enfim, os paradoxos da ação pastoral da Igreja junto aos migrantes permanecem abertos: de um lado, acolhê-los na sua diversidade (a “escuta”), e de outro, a sua incorporação na unidade da Igreja (a “comunidade” estável).

O documento *Erga Migrantes* ao mesmo tempo que mostra uma consciência lúcida das questões de uma pastoral voltada para a mobilidade humana, preocupada com a hospitalidade aos migrantes, também não apresenta uma resposta clara para os dilemas vividos na prática pastoral no interior desta mesma mobilidade. A consciência dos paradoxos da prática pastoral não elimina as contingências advindas do fato de a Igreja ser mais uma instituição social entre outras, envolvida nas muitas contradições de uma ação de hospitalidade aos migrantes dentro de seu espaço. Os paradoxos da alteridade dos migrantes (e seus descendentes) estão presentes sob diversas formas na prática pastoral da Igreja. A religiosidade popular, por exemplo, de que os migrantes são portadores, e por meio da qual buscam se inserir culturalmente na sociedade de recepção, com muita facilidade torna-se objeto de conflitos, incompreensões e de “acordos equívocos”. Se os agentes de pastoral, de formação racionalizada na doutrina da Igreja, vêm nas práticas religiosas populares um meio para acolherem os migrantes, e mesmo penetrarem no interior de suas redes sociais e familiares – por outro lado, os migrantes se utilizam de suas devoções populares para ganharem espaço e prestígio social, com apoio da Igreja, multiplicando muitas vezes as desigualdades e relações de subordinação no interior dos seus próprios grupos nacionais. Assim, se as várias devoções à Nossa Senhora levam a celebrações em que os migrantes podem realmente se sentir acolhidos no espaço eclesial, isto, por outro lado, não elimina as contradições internas aos grupos dos migrantes e em suas relações com o espaço da Igreja e a autoridade dos

agentes de pastoral.

Esse primeiro exemplo demonstra a complexidade da tarefa pastoral na acolhida de diferentes grupos migrantes, com imaginários e interesses próprios, dentro do espaço eclesial, que se torna por sua vez também mais plural e diversificado. O espaço eclesial, neste sentido, também se torna objeto de disputa entre diversos grupos que buscam apoio na Igreja, migrantes ou autóctones. É sob esta ótica que podemos compreender a lição extraída da prática da hospitalidade na Bíblia, isto é, a de evitar a confusão entre *homogeneizar* as diferenças, e o *reconhecimento* das diferenças, na convivência dentro de uma mesma comunidade (Bianchi, 1996, p.11-12). No contexto plural em que se encontra a Igreja atualmente, no qual os grupos se desenvolvem e se relacionam numa permanente fluidez, as diferenças e alteridades se desdobrando incessantemente, a homogeneização seria uma ilusão, além de significar concretamente o desejo de subjugar a alteridade representada pelos migrantes. Apesar de haver uma visão do multiculturalismo que busca homogeneizar, depreciar e banalizar todas as diferenças, multiplicam-se iniciativas de auto-afirmação em diferentes grupos, sobretudo em nível local, pela valorização cultural de seus traços identitários.⁶ A hospitalidade na sociedade multicultural passaria, assim, necessariamente, pelo reconhecimento das diferenças entre os diferentes grupos migrantes, também no espaço eclesial.

Portanto, a questão do território continua mais presente do que nunca, pois na busca do seu reconhecimento, todo grupo demanda por ocupar legitimamente algum tipo de espaço. Existe uma multiplicidade de grupos particularizados por etnia, profissão, nacionalidade, prática religiosa, entre outras, que segmentam, mesclam e sobrepõem as suas muitas formas de identificação social. Todos esses grupos buscam espaços de manifestação, quando não procuram se apropriar destes espaços para se fazerem reconhecer. O espaço paroquial na grande cidade, na medida em que extrapola suas contingências territoriais tradicionais, pode também se tornar espaço de disputa de diversos grupos de filiação católica ou não, com as mais diversas tendências ideológicas, religiosas e pastorais. A questão é tanto mais complexa, que todos esses grupos, enquanto predominantemente leigos, buscam “barganhar” a utilização dos espaços na paróquia diante da única autoridade legítima na sua administração, representando a instituição, na figura do pároco. As relações contraditórias (já clássicas em sociologia religiosa) entre “clero” e “leigos” (Weber, 1991; Bourdieu, 1971a; 1971b) ganha uma conotação diferente neste contexto, e a prática de hospitalidade vai procurar na figura do agente de pastoral (padres, irmãs religiosas, leigos lideranças de pastorais, etc) alguma forma de arbitragem na disputa por estes espaços pastorais de acolhida.

A questão do território, da ocupação de espaços para o exercício dos serviços da Pastoral do Migrante, necessita, assim,

também de uma nova compreensão da inculturação. Ela apela para uma nova sensibilidade dos diferentes agentes de pastoral, enquanto agentes de mediação. Também no interior da Igreja, o agente de pastoral deve mediar entre os diferentes grupos: de um lado na escuta ao migrante e de outro representando-o, frente aos outros grupos que participam e à autoridade que regula a utilização do espaço eclesial. A hospitalidade ao migrante na Igreja se joga, assim, na capacidade de escuta do agente de pastoral, de sua empatia para com a condição social vivenciada pelo migrante. Logo, é também chamado a realizar uma ação de mediação, ao se apresentar como intérprete desta condição diante dos outros participantes desse espaço. Essa relação de mediação depende, portanto, que o agente possa ser plenamente aceito e reconhecido como prestando esse serviço pela Igreja junto aos migrantes. Assim, a hospitalidade também depende do modo como o agente se faz reconhecer como parte integrante desta Igreja, incorporando inteiramente em sua ação, a sua vocação de “ser Igreja”. A hospitalidade depende da capacidade de escutar e se fazer ouvir entre todos aqueles que atuam na Igreja e na sociedade. Enfim, a questão da hospitalidade na Igreja enquanto relação de mediação se decide sobretudo no contato humano entre o agente de pastoral e os migrantes, pois é desta forma que se estabelece a confiança necessária para qualquer ação pastoral, e que permitirá ao migrante reconhecer também no espaço da Igreja uma parte do seu mundo.

* **Sidnei Marco Dornelas é missionário scalabriniano e Diretor do Centro de Estudos Migratórios (CEM).**

NOTAS

1 - O termo “paróquia” vem “do grego *para oikia*, ou seja, aquilo que se concentra perto ou ao redor da casa. O historiador Eusébio de Cesaréia (Hist. Ecl. I.1.1; II. 24; V. 23, 1; VI. 9, 15) emprega várias vezes o termo no sentido de comunidade geográfica, sob a direção de um bispo, preenchendo sempre o significado original de domicílio transitório. O verbo *proikea* foi usado desde os primórdios cristãos para exprimir a condição peregrina dos cristãos no mundo. O termo *paroikos* era um termo jurídico grego que designava o forasteiro com domicílio provisório, sem o título e os direitos de cidadania. (...)” (Schlesinger, H. & Porto, H., 1995, p. 1989-1990).

2 - Comentários sobre os resultados de uma pesquisa realizada pelo CERIS, que procurou verificar a mentalidade e as práticas religiosas dos católicos no meio urbano brasileiro, na virada do milênio, encontram-se em Antoniazzi (2002).

3 - A Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família foi aprovada em 18 de dezembro de 1990, depois de uma década de debates no âmbito da ONU, entrando em vigor em 2003. Em 1996, o Brasil já havia incluído em seu Plano Nacional de Direitos Humanos o compromisso com a ratificação. Desde então, cresceram as mobilizações para que o tratado internacional fosse ratificado. Além de ser o único país do Mercosul a não integrar o instrumento, das grandes convenções das Nações Unidas esta é a única não assinada pelo país.

4 - É importante salientar que este documento é o último de uma série, formando uma verdadeira tradição, em que se procura refletir sobre a questão da pastoral dos migrantes, estabelecendo orientações e diretivas

/...

para a pastoral da Igreja. A preocupação sempre foi de apresentar a pastoral aos migrantes não como uma anormalidade, mas como fruto da autêntica solicitude da Igreja pelos fiéis migrantes. Neste último documento, toda a problemática da sociedade multicultural, sobretudo na Europa, surge com muita força (Pontifício Conselho..., 2004).

5 - A palavra "inculturação" foi cunhada no interior da Igreja para tentar orientar como deve ser a ação de evangelização nas frentes missionárias, entre outras culturas não cristãs ou não ocidentais. A melhor definição ainda é aquela formulada pelo Pe. Arrupe, Superior da Ordem dos Jesuítas

no final da década de 1970:

"A inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristãs em uma área cultural concreta, de modo que não somente esta experiência se exprima com os elementos próprios da cultura em questão (o que ainda não seria senão uma adaptação), mas que esta mesma experiência se transforme em um princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação, que transforma e recria esta cultura, encontrando-se assim na origem de uma nova criação", (apud: Azevedo, 1986, p. 271).

6 - Para uma discussão sobre diferentes visões sobre a multiculturalidade no interior da Igreja, cf. Espín, 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIAZZI, Alberto
(2002) "As religiões no Brasil, segundo o Censo 2000". *MAGIS - Cadernos de Fé e Cultura*, Rio de Janeiro, especial, nº 1, agosto, p. 83-109.
- AZEVEDO, Marcelo Carvalho
(1986) *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé*. São Paulo, Loyola.
- BENGOGLIO, Gabriele
(2006) *Mio padre era un arameo errante...* Roma, Urbaniana University Press.
- BENGOGLIO, Gabriele
(2007) *Stranieri e pellegrini. Icone bibliche per una pedagogia dell'incontro*. Milano, Paoline.
- BIANCHI, Enzo
(1996) "L'accoglienza dello straniero nella Bibbia". *People on the move*. Vaticano, Ano XXV, nº 72, set., p.11-31.
- BIANCHI, Enzo
(1998) "L'accoglienza dello straniero nella Bibbia". In: *Teologia e mobilità umana in dialogo*. Parte I, Roma, Direzione Generale dei Missionari Scalabriniani.
- BIANCHI, Enzo
(2006) *Ero straniero e mi avete ospitato*. Milano, Rizzoli.
- BOURDIEU, Pierre
(1971a) "Genèse et structure du champ religieux". *Revue Française de Sociologie*, v. XII, p. 295-334.
- BOURDIEU, Pierre
(1971b) "Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber". *Archives Européennes de Sociologie*, Paris, v. 12, p. 3-21.
- COENEN, Lothar e BROWN, Colin
(2000) *Dicionário internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Edições vida nova.
- DERRIDA, Jacques
(2003) *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. São Paulo, Escuta.
- DE VAUX, Roland
(2003) *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo, Ed. Teológica e Paulus.
- DI SANTE, Carmine
(2002) *Lo straniero nella Bibbia: saggio sull'ospitalità*. Troina, Città Aperta & Marcond Libbri.
- EPSZTEIN, Léon
(1990) *A justiça Social no Antigo Oriente Médio e o povo da Bíblia*. São Paulo, Ed. Paulinas.
- ESPÍN, Orlando
(1995) "A multicultural church? Theological reflections from below". In: CENKNER, W. (org.) *A multicultural church: a new landscape in US theologies*. New York, Paulist Press, p. 54-71.
- FUMAGALLI, Anna
(2000) *Gesú Crocifisso, straniero fino alla fine dei tempi*. Frankfurt am Main, Peter Lang GmbH.
- GOTTWALD, Norman K.
(1986) *As tribos de Jahweh. Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a. C.*, São Paulo, Ed. Paulinas.
- HAESBAERT, Rogério
(2004) *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. São Paulo, Bertrand Brasil.
- MCKENZIE, John L.
(1984) *Dicionário Bíblico*. São Paulo, Ed. Paulinas.
- PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES
(2004) *Erga Migrantis Caritas Christi*. Instrução A Caridade de Cristo para com os Migrantes. São Paulo, Paulinas.
- RIVAS, P. Luis Heriberto
(1994) "La figura del extranjero en la Sagrada Escritura: acogida y camino". In: *El éxodo de los pueblos*. Manual de Teologia y Pastoral de la Movilidad Humana. Bogotá, CELAM, p. 83-100.
- SCHLESINGER, H. & PORTO, H. (org.)
(1995) *Dicionário Enciclopédico das Religiões*, v. II, Petrópolis, Vozes, p. 1989-1990.
- VVAA
(2006) *Lo straniero: nemico, ospite, profeta?*. Milano, Paoline.
- WEBER, Max
(1991) "Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas)". In: WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1, Brasília, Ed. UnB, p. 279-418.